



Estado do Pará
Município de Breu Branco
PODER EXECUTIVO

JUSTIFICATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:
2024.0717-01/GOVE

ASSUNTO:

Segundo Termo de Apostilamento do Contrato Administrativo nº **038/2024-PMBB**, celebrado entre o MUNICÍPIO DE BREU BRANCO – PREFEITURA e a empresa **N ALVES DE SOUZA LTDA.**, que tem como objeto a aquisição futura e/ou eventual de **recargas de gás liquefeito de petróleo-GLP, em botijões de 13 kg (P-13)**, para suprir as necessidades das secretarias e fundos municipais de Breu Branco-PA.

Para atendimento da solicitação de revisão de preço, pela empresa **N ALVES DE SOUZA LTDA**, CNPJ nº **51.489.811/0001-39**, referente ao Contrato Administrativo acima referido, e ainda, em consonância com o disposto no **Anexo III**, da Nº 22/2021/TCMPA, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021, vimos apresentar justificativa para atendimento do solicitado, mediante a emissão de Termo de Apostilamento de Contrato.

Informamos que, na legislação vigente, existe a possibilidade de efetivação do referido apostilamento, conforme justificativas elencadas a seguir:

1 – DO APOSTILAMENTO

O estatuto de licitações e Contratos (Lei Federal nº 14.133/2021), quando define os preceitos de contratação pela administração Pública, determina que eventos dessa natureza sejam precedidos de “simples apostila”.

Para se utilizar dessa exceção, a lei exige que o objeto a ser apostilado esteja enquadrado nas permissões previstas na legislação, o que se confirma no art. 124 inciso II, “d”, da Lei Federal 14.133/2021, que abaixo transcrevemos:

“Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: (...)

II - por acordo entre as partes:

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.”



Estado do Pará
Município de Breu Branco
PODER EXECUTIVO

2 – DAS DISPOSIÇÕES DO CONTRATO

No Contrato Administrativo nº **038/2024-PMBB**, na cláusula sétima, subitens "7.3", "7.4" fica disciplinada essa possibilidade de alteração de preços:

Em observância ao subitem "7.4" do contrato, a empresa apresentou juntamente com sua solicitação, as Notas Fiscais (035.578;035.642; 036.536; 036.535), comprovando o preço de custo inicial e o atual, apurado no período de 21/06/2024 à 12/07/2024, e ainda, o preço de venda anterior e o preço atual, da Recarga de gás liquefeito de petróleo-GLP, em botijões de 13 kg (P-13), de **5,127%**, (cinco inteiros e cento e vinte e sete centésimos por cento), conforme demonstrado nas TABELAS I e II, abaixo:

TABELA I – DEMONSTRATIVO DE PREÇO DE CUSTO						
Item	Produto	Unid.	Preço de Custo (R\$)		Aumento	
			Anterior	Atual	Valor	(%)
1	Recargas de gás liquefeito de petróleo-GLP, em botijões de 13 kg (P-13)	UNID	68,08	71,57	3,49	5,127

TABELA II – DEMONSTRATIVO DE PREÇO DE VENDA						
Item	Produto	Unid.	Preço de Venda (R\$)		Aumento	
			Anterior	Atual	Valor	(%)
1	Recargas de gás liquefeito de petróleo-GLP, em botijões de 13 kg (P-13)	UNID	94,95	99,82	3,49	5,127

DO IMPÁCTO FINANCEIRO:

Diante do realinhamento de preços acima demonstrado, o impacto financeiro sobre os saldos quantitativos do Contrato será de em **R\$ 316,55** (trezentos e dezesseis reais e cinquenta e cinco centavos), conforme demonstrado abaixo:

DEMONSTRATIVO DO IMPÁCTO FINANCEIRO							
Item	Unid	Quantidade Restante	Preço Anterior/R\$	Total Anterior/R\$	Preço Atual/R\$	Total Atual /R\$	IMPÁCTO FINANCEIRO (R\$)
1	Litro	65	94,95	6.171,75	99,82	6.488,30	316,55
TOTAIS							316,55

Breu Branco-PA, 17 de julho de 2024.

FLÁVIO MARCOS MEZZOMO
Prefeito Municipal